



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DE DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR E SUAS REPERCUSSÕES NAS DECISÕES REPRODUTIVAS

Claudia Suely Barreto Ferreira; Silvia Lúcia Ferreira; Gabriela Cardoso Moreira Marques; Elionara Teixeira Boa Sorte Fernandes.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA, claudiasuelyferreira@gmail.com; silvialf100@gmail.com; gmarques.vc@gmail.com; naratbsorte@gmail.com.

Resumo: O artigo tem como objetivo compreender como as condições de trabalho de docentes de Ensino Superior de uma Universidade do Estado da Bahia, repercutem nas decisões reprodutivas das mesmas. Pesquisa qualitativa, cujo instrumento utilizado foi um roteiro semiestruturado. Para análise das entrevistas, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, mais especificamente a análise temática., foram identificados quatro eixos empíricos de discussão: Os desafios da maternidade frente a necessidade de progressão na carreira; Acúmulo de vínculos empregatícios diante da precarização do trabalho; Condições de trabalho e suas influências na saúde; Reflexos das condições de trabalho nas decisões reprodutivas. Como resultados observou-se que as condições de trabalho inadequadas, bem como a sobrecarga de atividades correlacionadas as duplas/triplas jornadas destas profissionais têm repercussões negativas tanto no que tange às decisões reprodutivas quanto no que se refere à ascensão na carreira. A partir dos relatos, evidenciou-se uma dificuldade de vivenciar a maternidade, sem que haja influência negativa no crescimento profissional destas mulheres, situação que corrobora para o surgimento de sintomas correlacionados ao estresse excessivo e, por conseguinte, adoecimento mental.

Palavras Chave: Condições de trabalho, ensino superior, saúde do trabalhador, docentes.

Introdução:

A partir da década de 70, através de lutas por direitos, respeito e reconhecimento, as mulheres têm conquistado espaços em diversas áreas, inclusive na área da educação e no mercado de trabalho (Farah, 2004).

No Brasil evidencia-se a predominância de mulheres no setor educacional, sobretudo no ensino médio. No que tange ao ensino superior ainda que haja uma hegemonia feminina relativa ao acesso de estudantes as mulheres têm conquistado paulatinamente as vagas

docentes. o número de docentes do sexo masculino ainda é, em média, 10 pontos percentuais mais elevado do que o feminino (Barreto, 2014).

Alguns elementos que contribuem para o aumento de mulheres no magistério de acordo com Bruschini (2007) são a divisão sexual do trabalho como princípio organizador, a capacidade de outros setores da economia absorverem ou não as mulheres e a presença do setor público como empregador. Além disso, existem estudos que constataam que o aumento do número de mulheres no magistério está



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

acompanhado da perda de prestígio desta profissão ao longo dos anos, bem como da deterioração do salário docente, isto se dá porque a atividade docente tem como principais componentes elementos de cuidados às pessoas, dedicação, altruísmo que no imaginário social se relaciona a uma menor qualificação (Araújo, 2005).

O desenvolvimento do trabalho docente, sobretudo em cursos de nível superior, possui elevada exigência de produtividade, além de ser permeado por complexidades inerentes a profissão. As atividades desenvolvidas em âmbito universitário dependem de estrutura física e condições ambientais muitas vezes inadequadas, para o desenvolvimento de atividade de ensino, pesquisa e extensão, Acrescenta-se a falta de recursos materiais e técnicos suficientes. Por assim ser, a precarização do trabalho no ensino superior, tem levado ao acúmulo de vínculos empregatícios, de modo especial no setor privado por parte das docentes, por vezes em condições de trabalho precário em ambos os vínculos, favorecendo a baixa qualidade de vida e adoecimento.

Desse modo, a partir das condições de trabalho e saúde que moldam a prática docente busca-se compreender como estas condições repercutem nas decisões

reprodutivas das docentes do ensino superior público.

Metodologia: Pesquisa qualitativa, com participação de docentes do ensino superior público, selecionadas pelos critérios de acessibilidade e da tipicidade (Vergara, 2006), ou seja, numa mesma instituição buscou-se, docentes mulheres em idade fértil, com diferentes regimes de trabalho, algumas com multiempregos e também com atuação profissional em atividades diferentes da docência. Neste sentido objetivou-se compreender, para o público da pesquisa, em que medida as condições de trabalho e saúde repercutem nas suas decisões reprodutivas.

Este estudo obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado da Bahia por meio do parecer de número: 2.007.834 e CAAE: 65322316.6.0000.0057

A coleta de dados contou com fontes múltiplas, tais como análise documental, realizada junto ao setor de Recursos Humanos (RH) da instituição, observação direta e entrevistas com perguntas abertas em um roteiro semiestruturado de questões.

As entrevistas foram realizadas no período de maio a julho de 2017 e tiveram duração média de uma hora, com



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

autorização das entrevistadas, as mesmas foram gravadas e posteriormente transcritas.

Doze docentes com perfil previamente delineado foram convidadas e aceitaram a participar da pesquisa. A caracterização sócio demográfica das participantes está apresentadas no Quadro 1.

Ressalta-se que as participantes foram informadas quanto aos objetivos da pesquisa e à garantia de sigilo em relação às suas identidades. Todas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Para análise do material das entrevistas, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, mais especificamente a análise temática, que consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem um texto comunicativo (Minayo, 2013). De acordo com essa técnica, após pré-análise, exploração e tratamento dos materiais provenientes das entrevistas, foram identificados eixos temáticos que emergiram dos registros (gravação e transcrição) das falas das participantes.

Tais eixos se constituíram por meio de classificação, por critério de similaridade e frequência e, ainda, por sua relevância em relação ao tema abordado. Por conseguinte, chegou-se

a quatro eixos empíricos principais de análise: Os desafios da maternidade frente a necessidade de progressão na carreira; Acúmulo de vínculos empregatícios diante da precarização do trabalho; Condições de trabalho e suas influências na saúde; Reflexos das condições de trabalho nas decisões reprodutivas.

No que concerne à identificação das falas das entrevistadas, foi usado o artifício da letra P que corresponde à letra inicial da palavra 'participante', acompanhada do número equivalente à ordem de realização das entrevistas.

Resultados e discussões: Todas as docentes entrevistadas são de uma instituição estadual de ensino. tinham entre 30 e 42 anos de idade, destas 75% casadas, 17% solteiras e 8% divorciadas. No que tange á capacitação profissional, 17% possuem doutorado, 66% mestrado, e 17% são especialistas.

Os resultados obtidos revelam que as docentes que são mães, em sua ampla maioria, optam pelo adiamento da realização de pós-graduações, em especial do doutorado e, por conseguinte vivenciam uma estagnação no plano de progressão na carreira.

Não por acaso, a maioria das



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas de Gênero

docentes 66% optaram, por ter no máximo 1 filho, 8% 2 filhos e 26% ainda não têm filhos. 100% relataram o desejo de realizar pós-graduações e posteriormente mudar de nível na carreira docente.

Todas as entrevistadas possuem vínculo empregatício estatutário, com tempo de serviço, nesta Instituição Pública de Ensino Superior, variável entre 3 a 10 anos. 33% relatam vínculo de dedicação exclusiva (DE) à Instituição e 67% possuíam outro (s) trabalho (s) remunerado (s), exercendo funções distintas da docência, as jornadas semanais de trabalho das entrevistadas variam de 40 a 70 horas semanais fora de casa, sem que as horas de atividades domiciliares fossem adicionadas.

Os desafios da maternidade frente à necessidade de progressão na carreira docente

A sobrecarga feminina com o trabalho doméstico é acentuada pelas demandas docentes, sobretudo porque, não há como delimitar o espaço institucional como único para desenvolvimento destas atividades, não raro as professoras, levam a demanda institucional para ser realizada também em domicílio. Mesmo que os docentes homens por falta de tempo destinado a essas tarefas no ambiente universitário, também desenvolva

atividades laborais em domicílio, a histórica divisão sexual do trabalho, os coloca em situação cômoda, pois quando desenvolvem atividades domiciliares o fazem com colaboradores e não como principais responsáveis, tarefa culturalmente destinada às mulheres.

(...) Aqui nós temos boas condições de progressão no trabalho se fizermos tudo, mestrado, doutorado. Com filhos, fica mais difícil, então vou continuar com filho único, até porque preciso pensar no doutorado. (P1)

(...) Conciliar estudo, carreira e filho é muito desgastante. Por isso não penso no segundo filho. (P2).

As dificuldades que as docentes enfrentam para capacitar-se podem ser evidenciadas diante da necessidade que as mesmas possuem de associar trabalho doméstico, cuidado com filhos e multiempregos, sobretudo quando esta capacitação refere-se a cursos de pós-graduação, cuja exigência de dedicação e estudos é em muitos casos incompatível com a realidade destas profissionais.

“(…) Vejo que os professores homens progredem mais rápido, todos (homens) aqui têm ou estão fazendo doutorado, e nós mulheres sofrendo para terminar o mestrado. Então eu penso que isso acontece, porque eles não precisam se dedicar a filhos e casa como nós. Como não quero parar no tempo na minha profissão, decidi que não quero outro filho. Um é mais que suficiente”. (P4)

A pesquisa de Araújo et al. (2006),



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

que envolveu professores/as de escolas públicas de Salvador, mostrou que o trabalho doméstico é uma atribuição a mais das professoras, quando comparada às atribuições dos professores. (...) A dupla jornada de trabalho, profissional e doméstico, foi, uma realidade para as mulheres estudadas, estas professoras apresentaram menores níveis de qualificação formal, sendo a necessidade de realizar a dupla jornada de trabalho um possível obstáculo ao avanço profissional.

A construção histórica que coloca a mulher na posição de cuidadora do lar, filhos e marido, apesar das conquistas e avanços fruto da luta feminista, ainda é parte da construção social. As mulheres ao se verem diante dos afazeres domésticos, do cuidado e atenção para os filhos e as exigências do trabalho formal, não tem escolhas já que raramente contam com a participação dos companheiros. Assim, dedicam-se a família, colocando as necessidades de progressão no trabalho num segundo plano.

“Não tenho pressa para fazer Doutorado, quero aproveitar que meu filho é pequeno para ficar mais com ele, a promoção para adjunto, tem papel secundário na minha vida. Meu salário tá bom e os títulos com o tempo a gente conquista. Também não penso em ter outro filho quando esse tiver maiorzinho, vou me dedicar mais a Universidade”. (P5)

As questões familiares, sobretudo a presença de filhos, limitam

e exige excessivamente das mulheres, o que compromete seu desenvolvimento profissional e acadêmico. Além disso, a auto culpabilização diante da crença de que é papel feminino priorizar as relações familiares em detrimento dos anseios profissionais, traz comprometimentos a saúde física e mental destas mulheres, como é possível observar nos fragmentos de fala descritos abaixo:

“Vivo estressada, durmo mal, como mal, tenho pouco tempo para doar a minha filha, ao meu marido e a minha casa. Não tem como ser uma mãe igual às mães de antigamente, preciso trabalhar para dar o melhor para ela. Não existe mãe perfeita hoje em dia”. (P11)

“Acho que as pessoas me julgam, vejo olhares de repreensão, sobretudo de familiares. Eles acham que me dedico pouco a minha filha. Porém só eu sei a vida que levo, dois trabalhos, sem ajuda nos serviços de casa, vivo sem tempo, não tem como ser diferente”. (P3)

As falas reafirmam a permanência de demandas doméstico- familiares que estão presentes na vida destas mulheres independentes da sua inserção no mercado de trabalho, ou do tipo de trabalho que realizam fora de casa e que se somam, se traduzindo em insatisfação, conflitos e adoecimento psíquico destas mulheres.

Necessidade de acúmulo de vínculos empregatícios diante da precarização do trabalho docente



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

A precarização do trabalho docente, é concebida neste estudo como “(...) a degradação das condições materiais do trabalho, o distanciamento entre as macropolíticas educacionais e o contexto do trabalho onde se efetiva a gestão micropolítica desta atividade e, ainda, a intensificação laboral, como a invasão do tempo de lazer e descanso das professoras.” (SOUZA; ROZEMBERG, 2013). Trata-se de um processo que atinge instituições públicas de ensino superior, para Thebaud-Mony e Druck (2007, p. 18).

“(...) A precarização do trabalho tem aprofundado a alienação, na medida em que instrumentos, cada vez mais sofisticados, tem sido desenvolvidos pelo Capital para subordinar o trabalhador, forçando-o a vivenciar uma condição de trabalho deteriorada cotidianamente, com um impacto significativo do ponto de vista físico e psíquico”.

A precarização do trabalho aparece em diferentes aspectos colocados pelas entrevistadas como por exemplo, a defasagem salarial provocada pela morosidade nos processos de progressão caracterizando perda de direitos trabalhistas, o que leva as profissionais buscarem compensação financeira por meio de multiempregos. Além disso, há o sucateamento da estrutura física e dos recursos materiais da instituição a qual estas docentes estão vinculadas, o que produz tensão, insegurança

no trabalho, estresse, fadiga dentre outros sintomas associados ao adoecimento profissional:

“Acho que temos um bom plano de carreira, só que há um descumprimento governamental desse plano, a gente fica anos aguardando uma promoção. As exigências são muitas, precisamos sempre nos capacitar, e o retorno não vem como deveria. Então acumulamos vínculos, pós-graduação e acabamos abrindo mão de nossas vidas pessoais”. (P10)

“O trabalho acaba causando um sofrimento, é uma ansiedade, porque me sinto muito cobrada a realizar demandas de ensino, pesquisa, orientação, trabalho também 20 hs no município e ainda tenho que fazer mestrado, porque a gente percebe que os colegas comentam”. (P11)

Outro ponto que merece destaque, é o fato de 83% das entrevistadas, relatarem que realizam deslocamento semanal superior a 100 km para exercer a docência nesta instituição, permanecendo no mínimo três dias longe das suas respectivas residências. Sobre este aspecto Vasques-Menezes, Codo e Medeiros (2006, p. 257), referem que (...) “No caso da existência do conflito entre trabalho e família, onde o trabalhador sente-se roubado de um tempo que poderia estar dedicando à família, percebe-se um aumento significativo dos fatores de exaustão emocional e despersonalização.” Neste aspecto, destacam-se as falas abaixo:

“Vivo na estrada, não tenho



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

qualidade de vida, não tenho tempo para atividade física, nunca vou para eventos, saio para fazer mercado e só. Quando estou em casa, é lá que quero ficar. Tenho pouco tempo para ficar na minha casa, sair é só para me cansar mais”. (P3)

“O fato de trabalhar em uma cidade em que não moro, me faz pensar que o tempo que passo longe da minha família é imenso, e o tempo para dar conta das demandas no CAMPUS é insuficiente. Há um volume excessivo de trabalho, o que é incompatível com a realização de trabalho com qualidade. Acabo abrindo mão de horário de almoço para dar conta de ensino/pesquisa/orientação”. (P12)

Evidenciam-se os desgastes proporcionado pelo trabalho quando associados à dupla jornada e à falta de lazer dessas trabalhadoras, na medida em que o tempo livre é dedicado aos outros empregos diminuindo o descanso corporal necessário para a recomposição das forças e da energia das demandas laborais e domésticas.

Araújo et al. (2006, p. 1120) afirmam que a sobrecarga psicológica, fadiga física bem como a falta de tempo para o lazer, descanso, sono e alimentação são algumas das repercussões negativas, resultantes das exaustivas jornadas femininas sobre a saúde.

Condições de trabalho e suas influências na saúde das docentes

Poucos estudos têm enfatizado a relação entre o trabalho e a saúde das docentes universitárias.

Acredita-se que isso esteja associado ao fato de professores de ensino superior serem considerados como elite da educação, e assim se imagina que as condições ambientais e organizacionais de trabalho sejam melhores (SERVILHA E PEREIRA, 2008). Entretanto os dados referentes às influências das condições de trabalho na saúde física e emocional, do grupo de docentes estudado, apontam que as condições de trabalho nas instituições de nível superior têm apresentados aspectos degradantes à saúde, não havendo distanciamento no que concerne às condições de trabalhos dos demais níveis educacionais.

A saber, mais de 60% de todas as docentes participantes do estudo consideram o trabalho de ensino como estressante e com exigência emocional elevada e mais de 30% considera que há demanda e exigência excessiva, se contrapondo com pouco recurso físico e material.

“Nós sofremos com falta de recursos materiais e físicos, eu sinto muitas dores musculares aqui no trabalho, nunca faço pausas durante a jornada de trabalho, sempre tenho muitas coisas para fazer aqui no CAMPUS, tenho que aproveitar o tempo. Enquanto me alimento estou fazendo milhões de outras coisas, também nem uma salinha para descanso nós temos”. (P6)

Sobre a organização do trabalho,



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

58% das entrevistadas afirmaram que não há cooperação e solidariedade entre colegas, neste aspecto alguns estudos apontam para a falta de consciência coletiva de classe, inerente a classe docente. Para Franco e Druck (2010), a fragilização da organização coletiva dos trabalhadores é um tipo de precarização que pode ser identificada nas formas escassas de representação dos trabalhadores docentes, decorrentes da violenta concorrência e da heterogeneidade. A organização do trabalho do ensino superior tem proporcionado um aumento de competitividade entre docentes, o que torna as relações de trabalho mais frágeis (LACAZ, 2010). Estes aspectos são observados nas falas descritas a seguir:

“A saúde emocional perpassa pelos relacionamentos interpessoais, aqui no CAMPUS, não somos unidos. Percebo que meus colegas não se preocupam muito com minha vida, adoço, saro, e ninguém nem fica sabendo”. (P1)

“A exigência emocional é grande, a gente precisa ter autocontrole. Não saio falando da minha vida com ninguém aqui. Somos colegas, amizade eu tenho com outras pessoas fora daqui. Todos me respeitam e a recíproca é verdadeira, porém agimos profissionalmente.” (P4)

Outro aspecto interessante deste estudo refere-se às contradições correlacionadas à retórica de satisfação no desenvolvimento das atividades por parte de 83% das docentes, cujas respostas, neste sentido, expressam paradoxos entre o trabalho que gostam de realizar, em oposição às condições insalubres a que estão expostas. Em contraponto, 17%, afirmaram que se sentiam frequentemente irritadas e exaustas, diante das dificuldades relacionadas ao trabalho. Entretanto nenhuma das entrevistadas refere desejo de mudar de profissão.

“Às vezes minha voz fica rouca, o ruído na sala atrapalha, a gente não tem recurso como microfone, aí haja voz. [...] Eu amo o que faço, descobri minha vocação com a experiência de sala de aula” (P9).

Estudos apontam que um fator comum entre docentes, visto como o mais relevante para a autorrealização e vinculação com a atividade, é o reconhecimento percebido por parte dos alunos, notado por agradecimentos pessoais, homenagens em redes sociais e na escolha como paraninfo ou homenageado da turma, ou mesmo respeito e prestígio percebido quando da produção acadêmica valorizada.

No tocante às condições de saúde 25% das entrevistadas disseram ter problemas de saúde, diagnosticado e 75%



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas da Saúde

referem sintomas correlacionadas a patologias diversas, porém não diagnosticadas.

Todas as entrevistadas afirmaram sofrer algum tipo de desconforto musculoesquelético. Sobre o consumo de medicamentos 75%, faz uso de algum tipo de remédio sem prescrição médica e 25% afirmaram não fazer uso, ou quando o fazem têm o respaldo da prescrição.

Nota-se que as queixas correlacionadas à saúde foram em maior número, relacionadas a problemas musculoesqueléticos, psicológicos e neurológicos. As docentes atribuíram seus desconfortos, a problemas pessoais tais como: falta de atividade física, hábitos posturais inadequados, falta de intervalos durante a rotina de trabalho, sobretudo no que tange a intervalo para alimentação. Uma porcentagem considerável das entrevistadas (83%), relatou a correlação entre a deterioração de sua saúde com as condições de insegurança, a que são submetidas durante deslocamento para o trabalho, além das inadequações da estrutura física da instituição.

“Tenho hipotireoidismo e lombalgia, então uso medicações regularmente, e procuro não me descuidar da alimentação e atividade física. Além disso, tenho insônia com muita frequência, me preocupo muito com as coisas, e isso afeta meu sono,

acabo tendo que usar medicamentos indutores de sono, pra dormir”. (P5)

Na literatura há uma ampla correlação entre saúde docente e adoecimento psíquico, os estudos, em sua maioria, relacionam o adoecimento docente a sintomas como cansaço mental, estresse, ansiedade, esquecimento, nervosismo, insônia, depressão, distúrbios do sono, dentre outros.

Fontana e Pinheiro (2010) mencionam aspectos de uma nova organização do trabalho docente, como pressão do tempo, metas de produtividade, precarização do ensino e ausência de autonomia decisória, entre outros, que podem funcionar como estressores que precipitaram adoecimentos de ordem psíquica.

Nos estudos de Caran *et al* (2011), Lima e Lima-Filho (2009) e Gradella Júnior (2010), ressaltam-se que a saúde mental dos(as) docentes é condição para que exerçam a sua função, já que as relações de afetividade e emocionais são características essenciais do trabalho docente. Sintomas relacionados ao cansaço mental e depressão são relatados por docentes participantes deste estudo:

“Sinto muito cansaço mental. Acho que tem haver com minha rotina. Outro dia passei por uma situação desagradável vindo pra cá, quase ocorria uma colisão com meu carro, percebi que preciso ficar mais



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

atenta, sobretudo quando dirijo cansada”. (P2)

“Ultimamente me pego triste frequentemente. Ando muito chorona... não sei se estou tomando as decisões certas.” (P3)

Reflexos das condições de trabalho nas decisões reprodutivas das docentes

As dificuldades para se conciliar atividades laborais com vínculo empregatício, com as atividades domésticas, além dos cuidados maternos e suas complexidades, são fatores determinantes para as decisões reprodutivas femininas. No que tange às participantes desta pesquisa, para além das condições laborais relacionadas à infraestrutura e recursos materiais, um fator cuja influência salta aos olhos, refere-se ao fato de uma maioria considerável (83%) das entrevistadas realizarem deslocamento superior a 100 km semanais para a realização de suas atividades docentes, permanecendo em média três dias fora de casa, o que torna o processo de maternagem de difícil conciliação, com a rotina de trabalho e com as pretensões futuras correlacionadas com a progressão na carreira. Como é possível identificar abaixo.

“Meu companheiro cobra minha atenção, meu filho sente minha falta, e eu me sinto sufocada. Imagine mais filhos. Acho que o estereótipo de Mulher maravilha pesa bastante. Carreira e família sugam nossa energia.” (P12)

Em consonância com o relato acima, Bueno (1998) ressalta que, a sensação de culpa é um sentimento que está associado ao papel de boa mãe e das responsabilidades maternas para com o conceito. Esse sentimento encontra forte relação na cultura e no processo de educação e socialização do indivíduo.

A sociedade atribui uma série de culpas a mulher, associadas à condição cuidadora do lar e dos filhos e a aceitação desta condição acaba gerando sentimento que inviabilizam a sua ascensão profissional, Rocha e Coutinho, (2008), em conformidade com que foi posto afirmam que muitas vezes, a visão esperada da mulher atual é a ideia naturalizada de que ela é capaz de ‘dar conta de tudo’, de seus papéis de trabalhadora com uma carreira profissional bem-sucedida, uma boa mãe, esposa e dona de casa.

Entretanto neste estudo, percebemos que as mulheres rompem com este paradigma de “multifuncionalidade” feminina, a partir do momento em que optam por reduzir o número de filhos e apesar da culpa referida nas narrativas descritas, pela ausência no cotidiano dos filhos, fazem um movimento de inversão dos papéis socialmente definidos, quando admitem que os companheiros sejam os



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Políticas da Cidade

principais cuidadores dos filhos, mesmo que de modo intermitente.

No que tange às escolhas reprodutivas, há predominância da opção pelo filho único, entretanto a escolha por não ter filhos, também está presente no estudo, mesmo que esta opção não encontre consonância com os anseios dos companheiros, há entretanto, em casos específicos uma priorização do bem estar pessoal, associado a realização profissional que para algumas participantes são incompatíveis com a maternidade.

“Meu trabalho me exige muito emocionalmente, então penso que filhos também têm este nível de exigência... Se for me dedicar igualmente aos dois não sobra tempo para mim, não pretendo ter filhos, para meu marido inicialmente foi difícil aceitar, agora ele entende”. (P9)

No estudo também é perceptível, a decisão reprodutiva pautada proeminentemente nas condições de trabalho, a que a mulher está submetida e sua correlação com as dificuldades relacionadas aos cuidados maternos.

“O fato de trabalhar longe de casa por si só já dificulta a vivência plena da maternidade, quando acabou a licença maternidade, foi difícil voltar pro trabalho, deixar um bebê na creche é horrível. Queria vivenciar de perto as conquistas dele, primeiros passos, primeiras palavras e não sei se isso acontecerá”. (P12)

A separação entre mãe e bebê após licença maternidade, é

relatado, por algumas mulheres, como o momento mais difícil, é quando se faz necessário conciliar os papéis de mãe e profissional. Quando a separação envolve uma distância física considerável, como o relatado por uma das participantes da pesquisa, há um sofrimento emocional adicional, e a necessidade de adaptações familiares no que tange às divisões sociais dos papéis feminino e masculino.

“Eu queria mais filhos, meu marido não concorda. Como fico muito fora de casa ele acha que seria muita sobrecarga para ele, eu entendo. Trabalhar longe de casa, acumular vínculos e dar conta de todas as demandas familiares acaba sendo incompatível com uma família grande como eu gostaria de ter.” (P3)

Ter filhos, diante dos diversos métodos anticoncepcionais disponíveis, passou a associar-se mais a uma questão de escolha, deste modo as decisões reprodutivas têm sido pautadas em projetos individuais, especialmente relativos ao sucesso profissional e econômico. A paternidade associa-se a um processo de responsabilização, vínculo vitalício e restrição da liberdade, que, sobretudo para o universo masculino, historicamente pautado nos privilégios associados ao gênero, é uma decisão que causa limitações, e, portanto não causa estranhamento, a decisão unilateral masculina de não ter filhos. Entretanto



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Políticas da Criança

neste estudo, tornou-se evidente que o desejo pelo controle de natalidade, deixou de ser majoritariamente masculino, para as docentes estudadas, a redução no número de filhos é uma questão crucial para a realização de almejos pessoais e profissionais.

Conclusões: O presente estudo possibilitou uma análise das condições de trabalho e suas repercussões na saúde das docentes de uma instituição de ensino superior, bem como nas suas decisões reprodutivas. O arsenal de dados elencados revela que o processo de sobrecarga, relacionado aos multiempregos, bem como a precarização do trabalho e as múltiplas jornadas laborais e domiciliares vêm acarretando consequências para a saúde das docentes, principalmente quando se trata de alterações físicas e emocionais, além disso, tem dificultado a capacitação e promoção na carreira, sendo estes fatores determinantes nas decisões reprodutivas das participantes do estudo, que em sua maioria optaram por ter no máximo um filho.

Contudo, é importante ressaltar que apesar das dificuldades relatadas, existe um sentimento de gratificação no exercício da docência para estas mulheres. Este sentimento, sobretudo

associa-se com as relações desenvolvidas em sala de aula, cujo reconhecimento discente é tido como fundamental para estas docentes.

Acreditamos que é possível implementar melhorias nas condições de trabalho destas profissionais, que, atualmente, vêm sofrendo com as novas imposições feitas à carreira no que tange à produtividade acadêmica, além das dificuldades de conciliação entre vida profissional e pessoal.

Quadro 01: Caracterização Sócio demográfica das participantes:

Entrevistada	Idade (anos)	Nível de Pós-graduação	Tempo de Instituição (anos)	Carga horária média na Instituição	Carga horária média em outros vínculos	Situação conjugal	Número de filhos
P1	38	Mestre	04	40h.	20 h.	Casada	01
P2	38	Mestre	06	40h.	20h.	Casada	01
P3	33	Mestre	05	20h.	36h.	Casada	01
P4	38	Especialista	03	40h.	30h.	Casada	01
P5	32	Mestre	03	40h. DE	-	Casada	01
P6	30	Mestre	03	40h. DE	-	Casada	01
P7	42	Mestre	10	40h. DE	-	Divorciada	02
P8	33	Mestre	03	40h. DE	-	Solteira	00
P9	31	Doutora	05	40h. DE	-	Casada	00
P10	30	Doutora	04	40 h.	30h.	Solteira	00
P11	37	Especialista	03	40 h.	20 h.	Casada	01
P12	36	Mestre	04	40 h.	-	Casada	01

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. M. de et al. Diferenciais de gênero no trabalho docente e repercussões sobre a saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.11, n. 4, p.1117-1129, 2006.

BARRETO, A, A mulher no ensino superior distribuição e representatividade. **Cadernos do GEA**.2014 n.6 jul.-dez, Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP.

BRUSCHINI, C. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado?. In ARAÚJO, C.; PIKANÇO, F.; SCALON, C. (orgs.). **Novas conciliações e antigas tensões: gênero, família e trabalho em perspectiva comparada**. BAURU,SP: EDUSC, 2007.

BUENO CMLB. A mulher e a culpa – relações entre o trabalho e a maternidade: **um estudo realizado com as trabalhadoras das indústrias do setor coureiro-calçadista e similares de França**. [dissertação]. São Paulo (SP): Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista;1998.

CARAN, V. C. S. et al. Riscos ocupacionais psicossociais e sua repercussão na saúde de docentes universitários. **Revista Enfermagem** Uerj, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 255-261, 2011.

DRUCK, M. G. Trabalho, precarização e resistências. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. esp. 1, p. 37-57, 2011.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Revista de Estudos Feministas**, n. 12.

Florianópolis, 2004, p.47-71.

FONTANA R.T, PINHEIRO D.A. Condições de saúde auto-referidas de professores de uma universidade regional. **Rev Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre (RS) 2010 jun;31(2):270-6.

FRANCO, T. DRUCK, G. E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229-248, 2010.

GIACONE, M. S.; COSTA, M. C. S. Trabajo y salud de las docentes de la Universidad Nacional de Córdoba: uso de medicamentos/sustancias lícitas y plan materno infantil. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 12, n. spe, p. 383-390, abr. 2004. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692004000700013&lng=es&nrm=iso>. acesso 10 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692004000700013>.

GRADELLA J. Sofrimento psíquico e trabalho intelectual. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 133-148, 2010.

LACAZ, Francisco A. C. Capitalismo organizacional e trabalho: a saúde do docente. **Universidade e Sociedade, Brasília**, v. 45, n. XIX, p. 51-59, 2010.

LIMA, M. F. E. M.; LIMA-FILHO, Dario O. Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a. **Ciências e Cognição**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 62-82, 2009.

MINAYO, Maria C. S. (org.). Pesquisa



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

social: **teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

Neves MYR 1999. Trabalho docente e saúde mental: a dor e a delícia de ser (tornar-se) professora. **Tese de doutorado. Instituto de Psiquiatria**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 277pp.

ROCHA-COUTINHO, M. L. Mulher Moderna é Assim, dá Conta de Tudo...: a Difícil Arte de Equilibrar Trabalho e Família. In: STREY, M. N. et al. **Gênero e Ciclos Vitais: Desafios, Problematizações e Perspectivas**. Porto Alegre: Edipucrs, 2012. P. 193-22

SERVILHA, Emilse A. M.; PEREIRA Pamela M. Condições de trabalho, saúde e voz em professores universitários. *Revista de Ciências Médicas, Campinas*, v. 17, n. 1, p. 21-31, 2008.

SOARES, G. F. Mulher e o Espaço Escolar: uma discussão sobre as identidades de gênero. In: SILVA, Fabiane Ferreira et al. **Sexualidade e Escola: Compartilhando Saberes e Experiências**. Rio Grande: FURG, 2008. P. 70-87.

SOUZA, K. R.; ROZEMBERG, B. As macropolíticas educacionais e a micropolítica de gestão escolar: repercussões na saúde dos trabalhadores. **Educ. Pesqui.**São Paulo, 2013.

THÉBAUD-MONY, A.; DRUCK, G. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (Org.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007. (Coleção Mundo do

Trabalho).

VASQUES-MENEZES, I.; CODO, W.; MEDEIROS, L. O conflito entre o trabalho e a família e o sofrimento psíquico. In: CODO, W. (Coord.). **Educação: carinho e trabalho**. 4. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: Confederação Nacional, 2006.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.